

Revista Sercon

Ano XXVI nº 218

Goiânia, Agosto de 2016

Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Sercon/TCE-GO)

Mala Direta

9912365703
SERCON

///CORREIOS///



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



VEJA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS:

Regras claras para as progressões	Quinquênio de 5%	Incorporação do VPRZ	Aumento do salário inicial
Ataques transparentes e climatização	Classificação de Desempenho por critérios objetivos	Redução das cargas de Técnico	Licença-geral para a licença-capacitação
		Extinção das Auxílios	

COMO O NOVO PCS AFETA SUA CARREIRA



O TCE-GO está de casa nova. É um espaço privilegiado, com muito conforto e contato com a natureza. Agora é por as mãos à obra para um trabalho de excelência em prol da sociedade.



5

Foto da capa:
Bia Rezende

DATA-BASE

A data-base relativa a 2015 foi finalmente sancionada pelo governador com validade a partir de março deste ano. Resta agora o período entre maio do ano passado e fevereiro de 2016 e a recomposição de 2016.

7

PLANO DE CARGOS

A lei foi revigorada e trouxe diversos avanços para a carreira dos servidores do TCE-GO, entre elas as regras para as progressões, os auxílios transporte e alimentação e a incorporação da VPNI.



4



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Por falar em regras claras, o TCE aprovou a resolução que regulamenta a Avaliação de Desempenho de seus servidores. A norma vai balizar as progressões.

14 e 15

GIRO SOCIAL

Veja em **Giro Social** como foi a entrevista de Eliane Romeiro ao jornal Diário da Manhã, o lançamento do livro de Murilo Amaral, o novo convênio com o Mariah Restaurante, as Bodas de Pérola de Dickson e Simone, as formaturas de Thaís Martins e Bia Rezende, o ingresso de Gabriela Paschoal em faculdade da Flórida.



03. Palavra do Presidente	13. Fenasc e a PEC 30/2014
07. Falecimentos	16. Coluna TI
08. Crônica de Lígia	17. Bazar dos Namorados
09. Perfil - gestão de Jucelino Siqueira	18. Perfil de Fernando Xavier
12. Coluna ILB	19. Fotos do Face



Rua 83 n° 121 Setor Sul. Goiânia-GO
Fones: (62) 3218-6827 / 3218-6794
E-mail: mperillosercon@gmail.com

EXPEDIENTE

Presidente:

Marcos Pinto Perillo

Vice Presidente:

Olga Cristina V. Fonseca e Caixeta

Secretaria Geral:

Rosemária Lima Alencar

Dir. de Planejamento e Finanças:

Luciano da Silva Barros

Dir. Sociocultural:

Lilianne Miguel

Diretor Administrativo:

Cláudio Márcio Rocha

Conselho Fiscal:

Marcos Rodrigues Mendes,
Cássio Resende de Assis Brito e
André Luís Costa Rodrigues

Conselho Fiscal Suplente:

Rodrigo Carlos de Castro, Noêmia
Amélia W. Godoy e Angélica
Sucena Sebba Gomide

Conselho Deliberativo:

Marcos José Barbosa Cabral, Marília
Quintanilha, Denise Nogueira Chaud,
Cristina Lucas Miguel, Rodrigo
do Carmo Forti, Marcelo Roriz
Cruvinel e Divino Eterno de Souza

Conselho Deliberativo Suplente:

Vera Lúcia Jardim, José de
Anchieta M. Alves e Liliane
Mendes de Oliveira Chuahy

Diretor Esportivo:

Ricardo Souza Lobo

Dir. Aposentados e Pensionistas:

Maria Amélia Veiga de Paula

Diretor do Clube do Sercon:

Carlito Sales Gomes

Revista Sercon

Órgão de divulgação do Sercon/TCE-GO
Sindicato dos Servidores do Tribunal de
Contas do Estado de Goiás.

Este informativo é sucessor do Jornal do
Sercon, publicado até a edição nº 207.

Artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Jornalista responsável:

Alexandre Alfaix de Assis
JP 00729-GO

Impressão:

Gráfica Art3. (62) 3218-2233



Valorização quádrupla!!!!

Os servidores do TCE-GO estão vivenciando um sentimento de valorização que está diretamente ligado a pelo menos quatro episódios recentes. Quando digo “recentes” refiro-me a conclusões de extensos processos que envolvem uma série de personagens, reuniões, estudos e negociações.

Pra começar temos a mudança da sede. O Tribunal dispõe agora de uma casa moderna e funcional; tudo “cheira” a novo, propiciando um ambiente de trabalho que incentiva a produtividade. Trata-se de um dos mais belos edifícios públicos em Goiás, cujas sementes foram plantadas ainda na gestão do presidente Carlos Leopoldo Dayrell, com efetiva intervenção do conselheiro Edson Ferrari, que deu início às obras na sua Presidência, ficando a conclusão a cargo da atual presidente Carla Santillo.

O segundo episódio que merece realce foi a aprovação da data-base relativa a 2015, retroativa a março deste ano. Foram intensas negociações com deputados e com o Governo para chegar a um acordo que, por enquanto, resolve a situação, embora ainda fique pendente na justiça a aplicação do direito da data-base no período compreendido entre maio de 2015 e fevereiro de 2016. O Sercon encaminhou o ofício à Presidência do TCE, desde abril deste ano, que envie à AL projeto para reposição relativa a 2016, com aplicação a partir de maio, no índice de 11,28%.

A terceira questão que veio valorizar o servidor do TCE foi a lei que alterou o Plano de Cargos e Salários, com influência direta na vida funcional da categoria, como pode ser observado na matéria da **página 7**. Quero ressaltar desde já, porém,



alguns aspectos, a começar pelo que considero o mais relevante: a segurança jurídica resultante da extinção da VPNI, pondo fim a questionamentos que vinham sendo feitos há mais de 11 anos. Essa alteração garante aos que se aposentarem a manutenção da base salarial, benefício que se estende também aos pensionistas, cujos processos até então não estavam sendo registrados.

As modificações beneficiaram todos os servidores, desde os antigos aos mais recentes e até os futuros. O servidor sabe agora o seu posicionamento no quadro e pode projetar até onde vai chegar no fim da carreira. Também foi uma conquista relevante a instituição dos auxílios alimentação e transporte, uma conquista direta do Sindicato, que já apontava, desde agosto de 2015 (ver **Revista Sercon** n° 213), a relevância desse benefício, já presente na maioria dos demais tribunais de contas. Importante, ainda, a manutenção do quinquênio, ainda que no índice de 5%, só que agora sobre uma base de cálculo real, com a incorporação da VPNI, o que acaba sendo um substancial ganho de fato.

Ainda que não seja o Plano Ideal, temos consciência de que foi o Plano Possível, diante do quadro político e econômico que vivenciamos.

O PCS se junta, então, ao quarto episódio, que foi a aprovação da resolução que institui a Avaliação de Desempenho, que vai permitir que o servidor “caminhe” na carreira, seja de Analista ou Técnico de Controle Externo. Essa progressão é tão necessária quanto legal, tanto que ações judiciais do Sercon requer sua aplicação desde a aprovação da Lei inicial, em 2005.

Os fatos narrados demonstram o empenho e vontade de acertar da presidente Carla Santillo e sua assessoria, que estão conseguindo implantar medidas que melhoram a qualidade de vida dos servidores e, conseqüentemente, ampliam sua capacidade produtiva.

O Sercon reconhece esse esforço e por isso tem se colocado como parceiro da administração, reivindicando direitos e apresentando soluções. E assim vai continuar fazendo, para que o Tribunal avance cada vez mais em sua missão institucional.

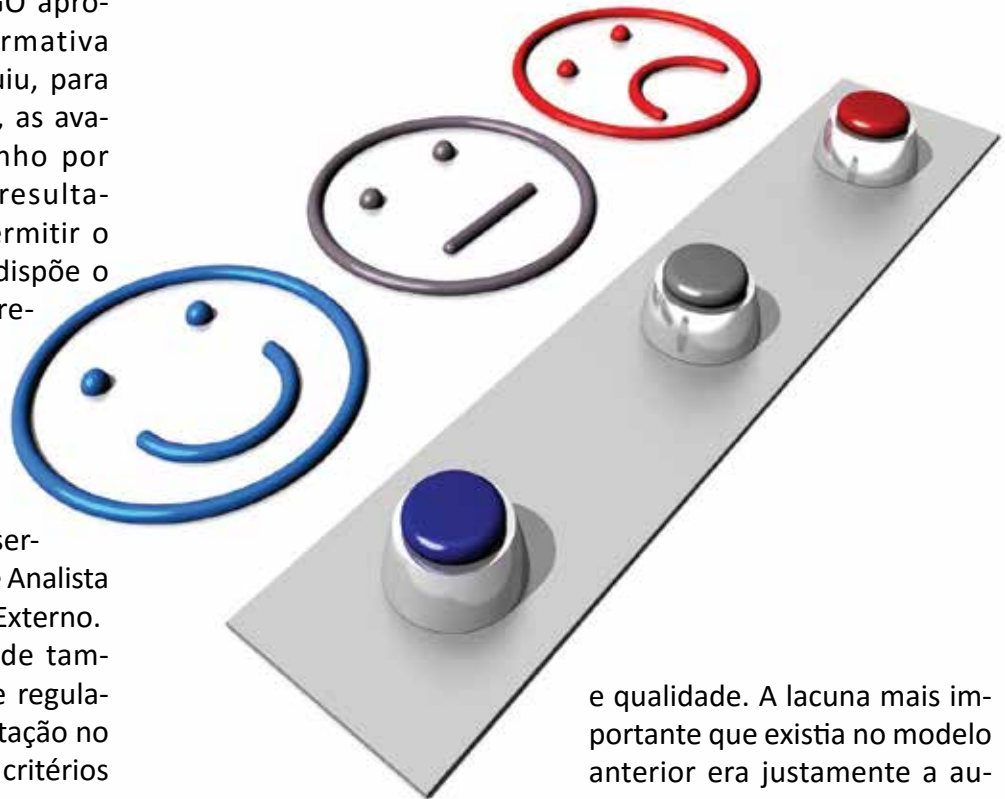
Resolução fixa regras para desenvolvimento na carreira

O Pleno do TCE-GO aprovou a Resolução Normativa nº 4/2016, que instituiu, para os servidores efetivos, as avaliações de desempenho por competência e por resultados. A medida vai permitir o atendimento do que dispõe o Art. 13, com a nova redação dada pela Lei nº 19.362/2016, que estabelece a necessidade de avaliação de desempenho para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras de Analista e Técnico de Controle Externo.

A normativa atende também a necessidade de regulamentação e implementação no exercício de 2016 dos critérios capazes de permitir que os servidores concorram à Gratificação por Desempenho e possam desenvolver na carreira.

Na apresentação da matéria, a presidente do TCE Carla Santillo destacou que o novo modelo corrige algumas lacunas deixadas pelo sistema anterior e insere novas variáveis capazes de transformar a Avaliação de Desempenho em uma ferramenta de gestão que trará expressivos resultados aos trabalhos executados pelo Controle Externo.

Na elaboração do projeto, a equipe da Gerência de Gestão de Pessoas levou em conta, dentre outros fatores, a neces-



sidade de permanente estímulo ao desempenho dos servidores públicos, de modo a atender o princípio da eficiência, previsto no caput do art.37 da Constituição Federal.

A novidade introduzida – Avaliação por Resultados – engloba a análise do fator profissional e dos critérios de prazo

e qualidade. A lacuna mais importante que existia no modelo anterior era justamente a ausência deste tipo de avaliação, que, doravante, vai contemplar tanto as competências quanto os resultados. Para a elaboração da proposta a equipe de Gestão de Pessoas do TCE realizou pesquisas em vários órgãos públicos, para conhecimento dos modelos implantados que apresentaram mais resultados práticos e eficientes.



Recomposição de 2015 foi sancionada

Depois de intensa mobilização da diretoria do Sercon e diversos filiados, inclusive com manifestações realizadas na galeria da Assembleia Legislativa, diversas visitas e contatos realizados pelo Sindicato junto aos deputados, a data-base, com índice de 6,23% relativa a 2015 foi finalmente aprovada e sancionada. Também é importante ressaltar a intermediação da presidente Carla Santillo junto ao governo do Estado, no sentido de sensibilizar o governador quanto à necessidade do pagamento.

A Lei nº 19.321, de 23 de maio de 2016, porém, retroage o pagamento do reajuste somente a partir de março deste ano, e não maio do



garantir o direito ao recebimento integral da data-base devida. Com relação a 2016, ainda em abril o Sindicato oficiou a presidente Carla Santillo solicitando o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa concedendo o reajuste de 11,28%, a partir de maio deste ano, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

ano passado, mês estabelecido pela Lei nº 15.122/05 como data-base.

Ainda em fevereiro, o Sercon ingressou com ação judicial para

Caso não haja a sensibilidade das autoridades para as medidas cabíveis, o Sindicato deverá requerer o andamento pelas vias judiciais.



Sercon promoveu mobilizações na galeria da Alego para sensibilizar deputados da necessidade de votação da data-base

PLANO DE CARGOS

Diretores do Sercon agradecem apoio de deputados

Membros da diretoria do Sercon fizeram visitas de cortesia aos deputados Lincoln Tejota (PSD) e Ernesto Roller (PMDB), para agradecer a aprovação da alteração do Plano de Cargos e Salários do TCE-GO.

O Sindicato tem atuado firmemente em defesa dos servidores do Tribunal não somente no âmbito administrativo, junto à Presidência do órgão, mas também junto à classe política e no Judiciário.

Leia mais sobre o PCS na página 7.



Fotos de arquivo do Jornal do Sercon

Revirando antigos álbuns fotográficos do arquivo do extinto **Jornal do (ou da) Sercon**, surgiram fotos de colegas que marcaram época no TCE. Alguns deles, infelizmente, já não estão mais entre nós. Outros se aposentaram e outros ainda podem ser encontrados no dia a dia do Tribunal.

Mande você também suas recordações para publicação. Selecione entre 15 e 20 fotos antigas com colegas, com a melhor qualidade possível, em papel fotográfico ou digitalizadas e encaminhe para a sede do Sercon, Rua 83 n° 121 Setor Sul, ou e-mail

mperillosercon@gmail.com.

As publicações seguem critérios de anterioridade e viabilidade de espaço.



Nova lei traz avanços, mas ainda requer revisões

Incorporação da VPNI aos vencimentos dos servidores no posicionamento na nova tabela, beneficiando aposentados e pensionistas, aumento do salário inicial, criação dos auxílios transporte e alimentação, especificação de que a gratificação de desempenho será concedida diante da Avaliação de Desempenho e regras mais claras com relação às progressões horizontal e vertical. Esses foram alguns dos avanços obtidos pelos servidores do TCE-GO no seu Plano de Carreira e Quadro Permanente, com a aprovação e publicação da Lei nº 19.362, de 28 de junho de 2016, que promove mudanças na Lei nº 15.122/05.

A maior parte das alterações citadas vem sendo objeto de reivindicação do Sercon há muito tempo e a presidente Carla Santillo teve a sensibilidade de contemplá-las. É claro que a lei não corrige todas as necessidades dos servidores, mas os avanços são claros e o Sindicato não vai deixar de cobrar o suprimento das lacunas.

“O ideal seria um valor inicial melhor e o final de carreira chegando ao teto constitucional. Reconhecemos, porém, que isso não seria factível pelo momento político e econômico que estamos passando e sabemos do esforço da administração, em especial da presidente Carla Santillo para que as mudanças fossem aprovadas”, relatou o presidente do Sercon, Marcos Pinto Perillo.

Conforme justificativa encaminhada pela presidente Carla para a Assembleia Legislativa, as atualizações visam aperfeiçoar os servidores, valorizá-los e reconhecê-los, racionalizando a estrutura de cargos e carreiras e incentivando a qualificação profissional.

Com a atualização das remunerações, consideradas defasadas e não mais atrativas, os Técnicos de Controle Externo poderão receber até R\$ 10.029,12 no último grau e nível de qualificação. Já os Analistas de Controle receberão salário inicial de R\$ 8.500,00, que poderão chegar a R\$ 16.715,19 com as progressões.

Para que o impacto da atualização da remuneração e da implementação de auxílios seja o menor possível nos cofres do Estado, o TCE sugeriu uma série de cortes de gastos, como a extinção de alguns cargos em comissão de direção e de chefia, a eliminação de gratificações, como a de incentivo funcional, de tempo de serviço e de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), e a diminuição de cem cargos efetivos.

Também foi aumentado o interstício mínimo e as exigências necessárias à progressão funcional, a licença-prêmio foi transformada em licença-capacitação e o percentual da gratificação de desempenho foi diminuído.



Posicionamento leva em conta valor do antigo vencimento mais VPNI

A nova lei reduziu os cargos de Técnico de Controle Externo, de nível médio, em 80 unidades, e extinguiu as 20 unidades de Auxiliar de Controle Externo, de nível básico.

“A razão fundamental desta alteração deve-se ao fato de que as competências exercidas pelo Tribunal de Contas são majoritariamente de alta complexidade, necessitando, portanto, ser desempenhadas por servidores com formação superior e especialidades próprias”, explicou a presidente.

Com a nova tabela de vencimentos, foi feito o posicionamento dos servidores nos correspondentes níveis e graus, levando em conta o valor do antigo vencimento mais a parcela da VPNI, se houver. Ainda, visando minimizar os gastos com pessoal, foi aumentado de um ano para dois anos o interstício mínimo de tempo para que ocorrer a progressão funcional horizontal do servidor, que deixa de prever a progressão por antiguidade, passando a exigir somente o fator desempenho para tanto.

Já na progressão funcional vertical, além do critério de desempenho do servidor, também passou a ser exigida uma qualificação mínima, que poderá ser prevista em regulamento, como por exemplo a titulação acadêmica e um mínimo de horas de capacitação profissional, de modo que sejam compensados os servidores que efetivamente se empenham no exercício de suas atribuições.

LICENÇA- PRÊMIO - A licença-prêmio foi transformada em licença-capacitação, podendo ser utilizada somente para o servidor que queira, por iniciativa própria, capacitar-se profissionalmente, por um período de até três meses, pois não são acumuláveis, tal qual ocorre com a Lei federal nº 8.112/90.

Os percentuais da gratificação de desempenho passaram dos anteriores 5 a 20% para até 10%, agora calculados sempre sobre o vencimento inicial da carreira de Analista de Controle Externo, diminuindo o impacto orçamentário financeiro da folha de pessoal.

De acordo com a justificativa ao projeto, os principais motivos das discussões em torno do Plano de Cargos foram a iminência de aposentadoria de grande parte dos servidores, fazendo com que ocasione um crescimento desmedido da folha de pessoal de inativos e pensionistas, superando os gastos com os servidores ativos; e o fato de que os vencimentos dos servidores efetivos do TCE-GO encontravam-se defasados e pouco atrativos, seja em relação às carreiras do Poder Executivo Estadual, seja em relação às demais Cortes de Contas do País, o que tem causado a perda de profissionais admitidos por meio de concurso público para carreiras mais bem remuneradas.

Porque se Cuidar Faz Bem! será em setembro

A Diretoria Sociocultural do Sercon, Lilliane Xufi Miguel, está ultimando os detalhes para a realização do tradicional evento de saúde Porque se Cuidar Faz Bem!. A previsão é que ocorra em meados de setembro, com as parcerias do TCE-GO e de instituições ligadas à área de saúde.

Em outras edições – esta será a oitava – foram efetivadas ações como doação de sangue, orientação nutricional, aferição de pressão, teste de glicemia e vacinação.



Fotos de edições anteriores do Porque se Cuidar...



Nota de Falecimentos

Quatro colegas aposentados deixaram o nosso convívio desde a última edição da Revista Sercon. **Juth de Brito Gordo** faleceu no dia 13 de junho; **Kladno do Carmo da Fonseca**, no dia 29, **Marina Célia Crisóstomo de Castro**, no dia 2 de julho e **Pedro de**

Souza Bacelar, dia 3 de agosto.

Foram companheiros e servidores de alto gabarito que muito engrandeceram o Estado de Goiás o Tribunal de Contas.

Nossos sentimentos às famílias enlutadas.



JUCELINO (1993-1995)

Jucelino Siqueira Neto assumiu o Sercon em 1993, tendo como vice-presidente André Luiz Costa Rodrigues. Uma das grandes conquistas de sua gestão foi a obtenção de um reajuste salarial para os servidores. Investiu no Clube, inaugurando o campo soçaite, com um grande torneio de futebol soçaite interno, que reuniu sete equipes e 52 atletas.

Futebol soçaite e reajuste de 10%

O campo de futebol soçaite no Clube da Sercon pode ser considerado um divisor de águas na frequência dos associados naquele centro de lazer. Inaugurado na gestão de Jucelino Siqueira Neto, com um campeonato reunindo sete equipes e 52 atletas, o campo até hoje leva dezenas de pessoas ao Clube nos finais de semana e na terça-feira à noite.

No final de seu mandato, Jucelino deu início, juntamente com o então presidente do TCE, Milton Alves, às negociações com o Plano de Saúde Bamerindus que iria culminar, já na gestão de Marcos Cabral, na cobertura do plano sem ônus para o beneficiado. Ainda na área da Saúde, Jucelino assinou convênio com o Ipaggo para a emissão de guias numa sala do Tribunal, lembrando que naquele tempo não existia Vapt-Vupt e muito menos internet ou cartão magnético.

Quem viveu a época sabe que enfrentar fila para pegar guia no Ipaggo era uma *via crucis*.

No campo salarial, Jucelino lembra que durante sua gestão foi obtido um reajuste de 10% nos vencimentos do TCE. Para o Clube da Sercon, a inovação foi a inauguração do campo



de futebol soçaite, enquanto que o **Jornal da Sercon** ganhou impulso quando passou a ter em suas páginas a publicidade de empresas conveniadas para ajudar no seu custeio.



Casa nova tem estrutura d

A beleza arquitetônica da obra, aliada ao belo visual proporcionado pela natureza impressiona todos os que visitam a nova sede do Tribunal de Contas do Estado. Instalado nas proximidades da área de preservação ambiental do Jaó, o novo prédio está funcionando a pleno vapor, em ambiente amplo e confortável.

Tudo isso em verdadeiro contraste com a sede antiga, que já não comportava mais as atividades inerentes ao controle externo das contas do Estado. Gabinetes de auditores e procuradores de contas eram acanhados e os servidores se viam mal alojados, muitas vezes sem condições de executar as tarefas cotidianas.

O Edifício Conselheiro Henrique Santillo está equipado com o que há de melhor para os seus usuários, sejam eles servidores ou visitantes. A começar pelo amplo estacionamento e o átrio, circundado pelos três blocos que compõem a edificação, o grande e o miniauditório – grande o suficiente para quem não tinha nada até então, as salas de aula do Instituto Leopoldo de Bulhões e os espaços para reuniões.

As salas foram desenhadas com as especificidades de cada setor, propiciando instalações dignas, com móveis ergonômicos e ambientes adequados para o trabalho.

Para os servidores do TCE tudo é novidade. Até mesmo a pequena lanchonete que propicia uma pausa na correria do dia a dia. Enquanto o restaurante não é licitado, quem quer uma refeição mais elaborada pode ir até os setores Jaó ou Santa Geneveva, que oferecem excelentes opções, com cardápio variado.

A área do novo TCE proporciona diversos cantinhos e cantões que estão sendo descobertos a cada dia pelos servidores. Muitos desses locais certamente ganharão suas próprias denominações ao longo do tempo. Um deles é o bicicletário, que fica logo em frente a um pátio, onde está a fonte com a placa de lançamento da

Fotos: Comunicação/TCE-GO



e Primeiro Mundo



As visitas dos pássaris estão deixando muitos servidores de celular em punho pra um registro, como este, feito por Luiz Alberto, da Engenharia

pedra fundamental da obra. Mais abaixo tem a nascente de água e, à esquerda, o bosque plantado pelos próprios servidores.

“Mais do que preservar a natureza, nossa proposta abrangeu a integração do Tribunal e de seus servidores ao meio ambiente”, explicou o conselheiro Edson Ferrari, que deu início à construção. Para isso, todos os que trabalhavam no TCE à época foram convidados a plantar uma árvore típica do cerrado em área destinada ao reflorestamento.

A mudança foi viabilizada graças ao esforço e competência da equipe da Gerência Administrativa do TCE-GO, capitaneada pelo analista Cássio Resende de Assis Brito. Essa turma se desdobrou e conseguiu cumprir à risca o cronograma estabelecido pela presidente Carla Santillo.

Há muito o que falar da nova sede: as estações de trabalho, amplas e ergonômicas; o Banco do Brasil, maior e mais confortável; as paisagens, que a cada ângulo vislumbrado parecem ser ainda melhores; o silêncio proporcionado pelo moderno sistema de ar-condicionado, quebrado apenas eventualmente com o canto de algum pássaro...

Enfim, são muitos os motivos para que todos – servidores, chefes, gerentes, secretários, procuradores de contas, auditores, conselheiros e alta direção, se sintam à vontade para fazer o seu trabalho cotidiano com empenho, responsabilidade e perseverança, dando o retorno que a sociedade deseja do Tribunal de Contas.





*“Existem momentos na vida que a única alternativa é perder o controle.”
Paulo Coelho*

Direito de descontrolar-se

Já percebeu que é da natureza humana pensar de um jeito carregado de sabedoria e agir de outro, por vezes, completamente idiota?

O dia inteiro pensando, moendo e remoendo. — Fazer isso comigo? Não. É muita desconsideração. Não pode! Nesta hora, a vontade é de mandar tudo para aquele lugar, gritar, ofender, rogar praga. Só que, conforme as regras, não é permitido descer do salto, é preciso controlar-se. Mas, de repente, não dá... quando viu, já era, rodou a baiana, já falou e o estrago está feito.

Ora, mas não é direito perder o controle? Claro que você tem direito, todo mundo tem. Nós, homens e mulheres, temos, intimamente, os instintos mais diversos e poderosos, uns sórdidos, outros nobres, alguns suaves e há até os violentos. Sem dúvida, todos imprescindíveis.

Ao contrário do que pensamos, não é necessário ir a um hospício ou local equivalente, para encontrar pessoas insanas. Ainda não conheci ninguém que seja só controle. A não ser, é claro, aquele tipo de pessoa que se instala no alto de uma dita superioridade e calma e fica ali, te olhando, com cara de “olha só a louca”, isso enquanto você se debate, se descabela.

Apesar desse direito de descontrolar-se, que pode ter tempero de traição, perseguição, injustiça e desconsideração, o *day after* é de lascar: vem recheado de arrependimento, vergonha, culpa, vontade de voltar no tempo, apagar tudo e fazer diferente. Ah, o desejo de não ter se exposto tanto, se mostrado tão infantil, perdido o contato com a realidade e a racionalidade, ter colocado em risco o afeto de pessoas queridas, ou as relações profissionais. Agora, só nos resta contar com o perdão e a compreensão do outro. Mas, não



raro, isso é difícil – o outro também se envolve e pode atacar para se defender, ou ainda pior, se afastar.

Você tinha razão?

Se tinha, perdeu! Claro que sua raiva tinha um motivo. Mas, raramente justifica tanto barulho. Adivinha quem é a principal vítima dessa raiva? É bom lembrar: os outros não são capazes de agressão maior do que aquela provocada por nós mesmos.

Sim, e daí? Vou me reprimir? Virar um robô? Calma, não é bem assim. Controle não é repressão. Expressar as emoções é uma coisa, não aceitar limites é outra.

Não ter controle sobre os sentidos é navegar um navio com o casco avariado, à deriva, que pode se romper ao tocar na primeira pedra.

Não é necessário fugir da fraqueza, mas, às vezes, é preciso lutar

contra ela, controlar as emoções para que as ditas não controlem você.

Esfria.

O melhor remédio para a raiva é adiar. O famoso contar até dez... A melhor hora para morder a língua é quando você sente que precisa dizer alguma coisa. Veja se não há um julgamento errado ou apressado de sua parte. Tente dar-se um tempo para examinar o assunto com neutralidade. A razão é preciosa, é um instrumento para conhecer-se a si mesmo. Razão e emoção fazem um bom par, um par perfeito.

De todo modo, quando não der para se controlar, é bom que se diga: aquela pessoa tão calma, que fica olhando você se desesperar está usando a sua loucura para esconder a própria. Ela pode ser muito mais louca que você.

Saúde e PAZ!!

Preocupação com a PEC nº 30/2014

Por **Amauri Perusso**, presidente da Fenastc

Documento encaminhado à Atricon e Abracom em apoio às manifestações de preocupação ante à aprovação, no Senado, em primeiro turno, da PEC nº 30/2014.



A Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil – Fenast acompanha com grande preocupação os desdobramentos das crises presentes na vida Brasileira. Destacamos duas, que entendemos centrais: 1 – Profunda crise de moralidade pública e, 2 – Grave crise econômica/financeira.

A crise de moralidade pública pede atuação mais eficaz dos Órgãos de Controle, com mais auditorias concomitantes e operacionais. Impõe-se, também, a entrega de informações à sociedade, com a publicação dos relatórios de auditoria.

O Brasil precisa de transparência e controle social.

Nos 34 Tribunais de Contas, como ajuste necessário, o desenvolvimento da Independência da Função e criação do Conselho Superior de Auditoria. Igualmente, a denominação de Auditores de Controle Externo para todos (no País) que atuam na atividade finalística, e estabelecimento de garantias e prerrogativas.

Importante afirmar a autonomia ao controle interno dos poderes e órgãos. O combate à corrupção deve se dar antes do ato de corrupção ter lugar.

Anuncia o Governo da União desejo de resolver a crise econômica/financeira através do que denomina de “ajuste”. O Ministro da Fazenda diz que, conquistado o equilíbrio fiscal, será possível baixar taxas de juros e restabelecer o crescimento.

Em sentido objetivo, o que estamos presenciando é um brutal ataque contra todos os gastos correntes, para determinar reserva de recursos a serem transferidos para o pagamento de juros da dívida pública.

Busca-se, na essência, atender a política denominada de rentismo, pela qual, uma pequena fração de pessoas - ou grupos econômicos - acumula a maior parte da riqueza, e o fazem, já sem ingressar no mundo da produção.

Não se trata de fenômeno somente Brasileiro. Atinge, inclusive, as economias centrais (desenvolvidas). No entanto, forçoso reconhecer, sua importância e desenvoltura no nosso meio. Com taxas de juros referenciais de 14,25% ao ano (e taxas reais de 16,85%, conforme a última venda de títulos públicos) produzimos um contraste diante de taxas de juros reais negativas, praticadas pela Alemanha, Japão e Espanha no financiamento de suas dívidas nacionais.

De passagem, importa citar a taxas de juros escorchantes, praticadas contra o povo Brasileiro, pelos bancos privados e públicos.

Porque não há que se falar (“em economizar”) para pagamento do principal da dívida? Em razão do montante apurado a título de juros no exercício de 2015, da ordem de R\$ 501 bilhões e da manutenção de elevadas taxas de juros, que determinam um crescimento para a dívida superior a qualquer possibilidade de ampliação da receita pública.

Por esse motivo a dívida alcançou a relação dívida/PIB de 63% em junho de 2015, quando um ano antes era de 55%.

Assim que, gestam-se várias iniciativas tendentes a pressão por redução de despesas, que passam a incluir, de imediato os Paramentos Estaduais e o Controle Externo. Caso da Proposta de Emenda Constitucional, iniciada no Senado, de número 30, do ano de 2014. Sua aparência moralizadora contrasta com as razões de fundo. O efeito, se concluída



Presidente da Fenastc com Valdecir Pascoal, presidente da Atricon

sua aprovação, será de graves consequências ao desenvolvimento (talvez a própria realização) do controle externo.

Devemos citar, ainda, o Substitutivo do PLP 257/2016 e a PEC 241/16. Ambos no mesmo sentido da citada PEC 30/14. Situam-se naquilo que o senso comum tem denominado “medidas de austeridade”, as quais se centram na contenção das despesas primárias em geral e nas com pessoal e encargos em particular. Deixam as despesas financeiras, fundamentalmente da União, para um ajuste residual em outro momento, que nunca chegará.

Para Estados e Municípios, forte contenção primária e financeira. O que permite à União impor políticas de ajuste mediante os Programas de Ajustes Fiscais. Para a União, forte contenção das despesas primárias, inclusive com suspensão por 20 anos dos mínimos constitucionais em educação e saúde.

O caminho adotado para a resolução da crise econômica não aponta solução de futuro que permita o desenvolvimento da nação. Contrário senso tem suprido muito fortemente os setores rentistas da sociedade sem qualquer efeito virtuoso sobre os setores produtivos que geram e distribuem emprego e renda.

O momento exige firme posicionamento das Entidades dos Tribunais de Contas. E aprofundamento das nossas auditorias sobre esses temas.

Assim, compartilhamos o posicionamento público da Associação de Membros dos Tribunais de Contas em denúncia desse estado de coisas.

A exigência da população é da atuação do Controle Externo para combater atos de corrupção e outros desvios no uso de recursos públicos, como aqui se tratou. A essas urgências os servidores respondem afirmativamente.

Entrevista no DM destaca livro de Eliane Romeiro

A gerente do Controle Interno do TCE-GO, Eliane Romeiro Costa, foi destaque de entrevista publicada no jornal Diário da Manhã, de 19 de junho, mostrando os principais pontos que ela aborda no livro Previdência e Velhice: “Direito ao Trabalho e à Seguridade no processo de envelhecimento”.

Na entrevista, concedida ao jornalista Renato Dias, Eliane fala sobre a reforma da Previdência e suas implicações, como idade mínima, mesma idade para homens e mulheres, o déficit, dentre outros assuntos.

O livro pode ser adquirido nas livrarias e sites de livros e na Editora Juruá, pela internet.

DM.COM.BR NOTÍCIAS

Leia a entrevista na íntegra pela internet:
<https://impresso.dm.com.br/edicao/20160619/pagina/7>



LITERATURA

Murilo Amaral lança primeiro livro



Filho do assessor de Gabinete do TCE e conselheiro fiscal do Sercon Rodrigo Carlos de Castro e Karla Amaral do Prado, Murilo Amaral vem dando seus primeiros passos rumo à carreira literária. Estudante de Letras na UFG, lançou em julho sua obra de estreia: “Casaco Verde”, um livro de contos e poesias dividido em três partes, denominadas Domingo, Almoço e Madrugada Azulada.

O lançamento foi no dia 5 de julho, na Livraria Leitura do Goiânia Shopping.



Na foto em destaque, com os pais Rodrigo Carlos de Castro e Karla Amaral do Prado e a irmã Mariana

Bodas de Pérola para Dickson e Simone

Dickson de Souza e Simone Tavares completaram este ano 30 anos de casados. É, sem dúvida uma união que merece toda a comemoração, pois o casal é um exemplo para familiares, amigos e colegas. As Bodas de Coral representam a sobriedade e a sinceridade do amor na vida a dois.

Segundo um desses sites que explicam o significado dessas coisas, os trinta anos marcam o início de um casamento realmente estruturado. “Quase nada é capaz de abalar a



relação, o momento é de buscar paz e harmonia, uma vez que os demais sentimentos já estão solidificados”. É isso aí!



A data foi comemorada com estilo no dia 12 de julho, com direito a nova lua de mel no frio inverno do Chile

Uma é engenheira, a outra será médica

O chefe do Serviço de Manutenção Predial e Paisagismo do TCE, Luiz Carlos Martins, e sua esposa Belkiss estão orgulhosos das filhas.

Não é para menos, a caçula, Thaís, acaba de passar no vestibular

de Medicina da Faculdade Universidade de Rio Verde (Unirv), campus de Aparecida de Goiânia.

A mais velha, Beatriz, forma-se em agosto para Engenharia Civil, pela PUC.



Direto para Miami



Por falar em orgulho, o analista do TCE, atualmente superintendente da Secretaria Cidadã, Júlio Paschoal e sua esposa Jane estão se preparando para encaminhar a filha Gabriela Paschoal para Miami Beach, na Flórida, Estados Unidos, onde foi aceita em uma renomada universidade americana.

Ela vai largar três aprovações no Brasil para cursar Economia na ASA College, com direito a bolsa de estudos por seu mérito escolar.



Novo Convênio



Preocupado com a comodidade dos sindicalizados, o Sercon procurou o Restaurante Mariah, que fica nas proximidades da nova sede do TCE-GO.

O convênio firmado oferece 5% de desconto no valor do quilo da refeição. A identificação do sindicalizado será através do crachá.

Para se cadastrar, o interessado deve contatar o Sindicato pelo e-mail serconcrisiane@gmail.com, informando nome completo e número de matrícula.

O Mariah fica na Avenida dos Índios nº 472 Setor Santa Geneveva (quase em frente ao Antigo Aeroporto).

Imagem é tudo!

“Fotojornalismo: uma história revelada”. Este foi o título escolhido pela servidora Fabiana - Bia - Rezende Baiochi para seu trabalho de conclusão do curso de Fotografia, na Faculdade Cambury, merecedor de Menção Honrosa no 13º Cambury Mostra Curtas. Trata-se de um documentário contando, de maneira inédita, a história da fotografia feita em Goiás, com destaque para entrevistas com ícones da profissão de todas as gerações, como Hélio de Oliveira e Mantovani Fernandes.

Terminado o curso, Fabiana já está na ativa com o Bia Rezende Produções, com fotos e vídeos artísticos e publicitários. Certamente a nova atividade vai auxiliá-la nas suas funções no TCE-GO.





Como a Internet das coisas mudará (já mudou) sua vida

O assunto que vamos falar hoje chegou através de um bate papo com o meu amigo Alexandre Al-faix durante viagem para a cidade de Foz do Iguaçu, e acredito que o tema seja bastante interessante mesmo não sendo tão novo assim.

Provavelmente você já ouviu falar sobre internet das coisas, no entanto pode não ter ainda noção exata do que se trata, por isso vamos visitar neste texto alguns

aspectos sobre este assunto. O termo em português veio da tradução literal de “Internet of things” (sigla IoT) do inglês, mas o que importa mesmo é de como esta tecnologia vai impactar no seu modo de vida.

Seus eletrodomésticos, seu carro, suas casas, roupas, calçados, eletrônicos, portanto todas as suas coisas estão sujeitas a se conectarem. O sentido é tão amplo, que poderíamos imaginar a situação em que sua geladeira, comece a elaborar sua lista de compras, de acordo com que os produtos em seu interior forem sendo retirados e encaminhar ao seu *smartphone* uma



ligação e de projeção de como será a vida na era da internet das coisas.

As gigantes da tecnologia estão investindo pesado em seus próprios sistemas de internet das coisas. A Apple, por exemplo, encontra-se na fase final de estudos. O Google não está dormindo e anunciou há pouco mais de um ano o pré-lançamento do Brillo, seu sistema de internet das coisas para aparelhos Android. A gigante chinesa Huawei já

desenvolveu um sistema de internet das coisas e deixou o código aberto na internet, visando disseminar informação e atrair investidores.

Sem dúvida a interoperabilidade entre os dispositivos de fabricantes diferentes é um grande desafio, e nessa esteira surgem algumas iniciativas tentando padronizar esses sistemas, fazendo com que algumas empresas internacionais de tecnologia se reúnam e discutam a respeito desta padronização.

Segurança e privacidade sempre são quesitos que precisam ser observados quando surge uma nova tecnologia, fazendo com que a preocupação com a coleta de dados dos usuários seja item primordial no projeto de disseminação de uso da internet das coisas.

Outro fator a ser observado é o custo-benefício da tecnologia para o consumidor final, mas sem dúvida o mais impactante é o volume de troca de dados e a infraestrutura necessária para suportar as operações.

Bom, resumidamente eram essas as informações que eu gostaria de compartilhar com vocês meus amigos. Até a próxima, um grande abraço e muita sorte a todos.

mensagem com esta lista quando solicitado, e isso já não é mais ficção.

Se você quiser conhecer mais sobre o termo de forma lúdica, veja o vídeo do NIC – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (<https://youtube/jlkvzcG1UMk>). Com certeza ele lhe transmitirá bem a imagem do que é esse conceito.

No Brasil, segundo dados do IBGE aproximadamente 60% da população está conectada à internet. Com a pavimentação desta estrada, espera-se que seja acelerada a utilização da internet das coisas, ou seja, com pessoas e coisas conectadas à internet.

Segundo relatório do Gartner, em 2015 o número de dispositivos conectados à internet ultrapassou os 4,9 bilhões no mundo todo. Neste relatório ainda é citada a cifra de US\$ 69 bilhões investida nesta tecnologia, e com projeções de investimentos próximos a US\$ 300 bilhões até 2020.

A evolução de sensores capazes de mensurar temperatura, presença, umidade, dentre outras situações e informar essas medições às centrais de monitoramento que, por sua vez, trabalham para entendê-las e utilizá-las de forma inteligente, propiciaram o surgimento das ferramentas de



Chance para o romantismo

O Sercon promoveu o Bazar dos Namorados, nos dias 8 e 9 de junho, no hall do Bloco C da antiga sede do TCE, propiciando aos servidores ótimas opções de presentes para o 12 de Junho. Estavam em ofertas *lingeries*, chocolates, orquídeas, plantas decorativas, bolsas e acessórios.





FERNANDO XAVIER

De entregador de marmitas a Coordenador de Fiscalização

Poucos servidores conseguiram uma carreira de quase meio século - por enquanto - de atividade no Tribunal de Contas do Estado. Quando Fernando Xavier da Silva chegou ao TCE em 18 de julho de 1967, ainda menino, trazido pelo então secretário executivo Hugo de Sousa Silveira, não sabia sequer o que era isso. Em pouco tempo, porém, era visto de sala em sala, carregando processos, na sua importante missão de “extranumerário mensalista”, o nome que se usava na época para identificar o office-boy.

O menino cresceu no Tribunal e dedicou sua vida a ele. Todos os estudos que fez – formou-se em Engenharia Elétrica e Direito, com três pós-graduações na área jurídica: Família, Administrativo e Público; além de dezenas de cursos, palestras, congressos – foram em função de sua atuação no TCE. A dedicação lhe valeu a conquista de espaços cada vez maiores, passando por diversos setores da casa, até se tornar Coordenador de Fiscalização Estadual, hoje Secretário de Controle Externo, responsável pela área da atividade-fim do Tribunal.

Trabalhar, entretanto, não era novidade para ele. Desde pequeno aprendeu a importância de ganhar seu próprio sustento. Nascido em Bom Despacho, Minas Gerais, foi com a família para Itumbiara e, depois, para a fazenda Sete Lagoas, município de Quirinópolis, onde o pai era meiteiro de terras. Foi ali que começou

seus estudos, numa escola rural. Seu primeiro serviço era levar marmita para a peçoada, que trabalhava para seu pai. Voltaram para Itumbiara e, aos 10 anos de idade, já órfão de pai, foi mandado com um amigo da família, Domingos Segurado, para Goiânia, com a missão de estudar e melhorar de vida.

Morando em casa da família Segurado, convenceu o cunhado do seu tutor, Jorge Gonçalves, que o deixasse cuidar da limpeza das gaiolas de seus galos de competição, por alguns trocados. Depois, foi trabalhar como caixa na loja de ferro velho da família, do Pedro Segurado, o “Duca”, com o salário de 7 cruzeiros novos por mês, atividade que durou pouco, pois logo foi avisado por Tão Segurado para arrumar terno e gravata para se apresentar no Tribunal de Contas. O salário era, para ele, uma fortuna, quase um salário mínimo regional (NCR\$ 105,00): 87,50 cruzeiros novos ao mês, cinquenta centavos a mais do que o salário que ganhava a sua professora, representando uma situação de certa forma constrangedora.

Se sempre trabalhou, nunca deixou de lado os estudos, passando por tradicionais escolas goiandenses: Murilo Braga, Ateneu Dom Bosco, Brasil Central, Lyceu de Goiânia, Colu e Colégio Pré-Universitário. Sua passagem pelo Ateneu valeu convite para ali trabalhar, curto período, 10 meses, em que esteve licenciado do TCE.

Cursou Engenharia Elétrica na UFG, e quando estava no último período, passou no vestibular para Direito na mesma instituição. Durante alguns meses, sua rotina era faculdade de Engenharia de manhã, TCE à tarde e faculdade de Direito à noite.

Em 1977, já com 10 anos de Tribunal, foi morar na república que ficava na casa do conselheiro Waldyr Castro Quinta, onde também estava o Teotônio José França, depois seu colega de sala no gabinete do conselheiro Ferrari.

Carreira completa no Tribunal

O extranumerário Fernando Xavier atuava no Protocolo, carregando processos e correspondências. Ele relembra que naquela época – fins da década de 60 – o Tribunal funcionava apenas no que se tornou o Bloco A da antiga sede. A carreira teve uma pausa, quando foi ajudar os padres na marcação de presenças e faltas nas cadernetas dos estudantes do Ateneu, mas logo voltou aos processos.

Depois foi para os setores de Relações Públicas e Chefia de Gabinete e chegou a ser datilógrafo da secretária-geral, dona Nicinha, onde obteve sua primeira gratificação no Tribunal. Daí passou para a Secretaria Executiva e, depois, sua estreia em uma chefia, em 1974, no Serviço de Cadastro e Legislação da Divisão de Pessoal. Teve, ainda, uma passagem rápida pela Divisão de Análise de Balançamentos Municipais – à época o TCE cuidava também das contas dos municípios goianos.

Em 1975, oito anos depois de ser contratado pelo então presidente Nelson Siqueira, na gestão de Waldyr Quinta, foi nomeado para o cargo de Delegado de Fiscalização Financeira e Orçamentária do TCE-GO. O primeiro jurisdicionado que foi fiscalizar foi a Suplan, tendo como colegas servidores experientes como José Gilberto de M. Rodarte, Maria de Jesus Paixão, Marília Melo Quintanilha, Maria Eulália Sebba e outros.

Depois de cinco anos, foi lotado na “Delegação” da Secretaria de Segurança Pública, que abrangia também a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Com a criação da autarquia Detran, em 1980, foi designado para responder pelo TCE junto à delegação daquela entidade.

Aí houve mais uma pausa do TCE-GO, indo, ainda em 1980, à disposição para o próprio Detran, convidado pelo presidente coronel Ademar Ângelo de Rezende para a Supervisão de Engenharia de Trânsito.

Em março de 1983 voltou ao TCE, sendo designado para a Assembleia Legislativa e, depois, para a Suteg. No ano seguinte foi trabalhar na Auditoria Técnica de Engenharia, com o auditor Mário Dayrell, sendo designado Assessor Técnico de Engenharia, saindo somente em 1991, para assumir a diretoria da Divisão de Pessoal.

Em 1993 voltou à Auditoria de Engenharia, ficando até dezembro de 1998, quando foi assessorar o coordenador de Fiscalização Estadual Márcio Pacheco. Dois anos depois, Pacheco seria convidado para outro cargo no próprio TCE e Fernando Xavier foi designado pelo presidente Naphtali Alves para assumir a Coordenação de Fiscalização, a partir de janeiro de 2001.

A aposentadoria veio em 3 de dezembro de 2002, sendo imediatamente nomeado para o mesmo cargo comissionado que ocupava pelo então presidente Frederico Jayme.

Em 2004, deixou a Coordenação para atuar na assessoria da Presidência de Carlos Leopoldo Dayrell, mas, logo em seguida, foi nomeado como assessor do Gabinete do Conselheiro Edson Ferrari, função que exerceu até dezembro de 2005. Voltou à Coordenação em 2006 na Presidência de Sebastião Tejeta, ali permanecendo até dezembro de 2014.

Entre 2003 e 2013 foi também coordenador-geral do Promoex, no âmbito do TCE-GO.

A partir de 2015 foi convidado a trabalhar novamente como assessor de Gabinete do Conselheiro Edson Ferrari.

Há vida fora do TCE?

Fernando Xavier acha que se não tivesse entrado para o Tribunal talvez não tivesse as chances que teve na vida. Ele se diz grato por trabalhar com tantas pessoas qualificadas e de boa vontade, onde fez muitos e bons amigos. Instado a citar nomes, ele prefere ficar com apenas dois exemplos de conselheiros, já falecidos, “para não cometer injustiça”: Nelson Siqueira e Waldyr Castro Quinta, “homens que foram e são referências para todos que atuam no TCE de Goiás”.

Fernando teve algumas atividades fora do Tribunal, além das já citadas anteriormente. Advogou por curto período, foi professor de Direito Processual Civil e Direito Administrativo na Faculdade de Anicuns e abriu a Tangente Engenharia, que prestou serviços na área de engenharia elétrica no período de 1991 a 1996. Atualmente está prestando serviço na Goiáspar-

cerias, como assessor técnico do vice-presidente José Calos Siqueira.

É pai de Fernanda Elisa Lopes Xavier, que cursa o oitavo período do curso de Direito, e de Rafael Antônio Lopes Xavier, pretendente a uma vaga no curso de Medicina Veterinária.

Ah, tem também a mania: Fernando confessa que criou o hábito de só escovar os dentes depois de espalhar a pasta com os dedos, misturando-a nas cerdas.



FOTOS DO FACE

Os flagras do bimestre...

Os meses anteriores foram de muita festa e férias. Veja aí: Cássio Rezende com a mãe Cleuzita, Marília Faria e o filho Rodrigo, que já foi estagiário no TCE; Rosanne Miguel, posando de Cristo Redentor; Eurípedes Jorge, com a neta Luísa; ao centro, o Arraiá do Controle Externo; Raquel Elcain, com a filha Adriana e o neto Camilo; o passeio de Rosemária Alencar; Eloy Mendes com os filhos; e Milton Pereira Dias, em uma de suas infundáveis pescarias.



MPF
APRESENTA

10

MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

O COMBATE À CORRUPÇÃO PODE TER UM NOVO
CAPÍTULO NA NOSSA HISTÓRIA E UMA NOVA
REALIDADE PODE SER CONSTRUÍDA PARA
QUEBRAR O CICLO DE IMPUNIDADE.

COMO VEMOS A HISTÓRIA DAQUI PRA FRENTE:

*Criminalização
do enriquecimento
ilícito de agentes
públicos*

CORRUPTO,
*VOCÊ TERÁ MOTIVOS PARA
ABANDONAR A CORRUPÇÃO*

*Prevenção à
corrupção,
transparência e
proteção à fonte
de informação*

*Responsabilização
dos partidos políticos
e criminalização
do caixa 2*

*E SE VOCÊ INSISTIR
— TRARÁ SOBRE SI —
FIRME PUNIÇÃO!*

*Aumento das
penas e crime
hediondo para
corrupção de
altos valores*

*Reforma
do sistema de
prescrição
penal*

*COM RESPEITO AOS SEUS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E AOS DAS VÍTIMAS,
VOCÊ ACABARÁ NA **CADEIA***